

Bancários definem resoluções em defesa da soberania nacional, da democracia e da categoria bancária

Ao final da 27ª Conferência Nacional das Bancárias e Bancários, os 629 delegados (366 homens e 263 mulheres) da categoria aprovaram as resoluções com uma ampla agenda de reivindicações e propostas, com foco em questões econômicas, sociais e políticas.



As resoluções destacam a defesa da democracia, a soberania nacional e a reeleição do Presidente Lula, posicionando-se contra o fascismo, as privatizações e a interferência externa, com adesão às manifestações de 7 de Setembro, organizados pelas centrais sindicais e movimentos sociais.

Ainda foi dada uma ênfase significativa à justiça tributária, propondo a taxaçoão de grandes fortunas e a isenção de IR para rendas mais baixas, além da regulação das redes sociais para combater a desinformação. Os textos também abordam a defesa das empresas estatais e dos bancos públicos como propulsores de políticas de desenvolvimento do país, com a concessão de crédito para a classe trabalhadora, a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. Também foi proposta a revisão do sistema financeiro nacional para combater juros abusivos, a atuação das fintechs e o fortalecimento da formação da classe trabalhadora, a modernização da comunicação e a mobilização sindical para enfrentar os desafios contemporâneos e promover a inclusão.

As pautas específicas da categoria bancária receberam destaque especial. “A mobilização da classe trabalhadora é crucial para barrar a defesa do emprego bancário, e principalmente garantir condições de saúde e trabalho nas agências e departamentos bancários e a valorização da categoria”, explicou a presidenta da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional, Juvandia Moreira.

A greve de 1985, que mudou a história da categoria bancária, também foi lembrada. O movimento, que está completando 40 anos, conseguiu mobilizar mais de 500 mil bancários e bancárias em todo o país, travando o sistema financeiro nacional, por mais dignidade, reajuste salarial e respeito aos direitos trabalhistas. Em 1985, o Brasil vivia a ressaca do movimento *Diretas Já*, de 1983 e 1984, sem conseguir eleger pelo voto direto, depois de 21 anos de ditadura militar, o presidente da República. Nesse contexto conturbado da chamada *Nova República*, a categoria bancária conseguiu formar a unidade nacional, sendo hoje a única no Brasil a possuir uma convenção coletiva de trabalho unificada, onde os direitos são os mesmos em todo o país.

A 27ª Conferência Nacional aconteceu nesse último final de semana, vindo em seguida aos congressos nacionais do BB, da Caixa e dos encontros nacionais dos bancos privados, que aconteceram na sexta-feira (22). Acesse nossa página na internet para saber tudo o que aconteceu nesses três dias de mobilização, reflexão e debate do movimento sindical bancário.